

## Três singularidades de Lisboa a propósito de uma entrevista

**Nuno Pires SOARES**

nhpsoares@fcsh.unl.pt

*“Lisboa é uma cidade única e a última na Europa onde ainda se encontra um tecido popular no centro da cidade. Isso provavelmente tenderá a desaparecer, mas será um processo lento. ... (gosto) da luz branca, a calçada portuguesa – um luxo que nenhuma outra cidade tem – a escala humana e as pessoas que ainda dão atenção umas às outras, o que sucede sobretudo nos bairros mais populares.”<sup>1</sup>*

Michel Chandeigne

A opinião de estrangeiros que passaram por Portugal e que escreveram sobre o nosso país e as suas cidades é uma fonte interessantíssima de revisão de muitas das nossas formas de ser e de estar. Estes “olhares” revelam em muitos casos uma interpretação crítica particularmente viva e perspicaz que decorre do espírito de viagem, que associa a observação à comparação e à síntese.

Antes de mais, quero manifestar o meu profundo interesse por um certo tipo de escrita de viagem que infelizmente continua a não ser nem valorizado nem praticado no interior da Geografia académica. O relato de viagem continua em franca expansão, sendo todavia realizado por pessoas com outras formações que recorrem, e por vezes muito bem, ao saber específico da Geografia, participando assim, também elas, na construção e na ilustração do saber geográfico.

Estas palavras iniciais vêm a propósito de um interessante conjunto de considerações tecidas por Michel Chandeigne numa entrevista reproduzida no jornal *Público*. Chandeigne, que é um conhecedor da cidade de Lisboa, realça três aspectos que são singulares no contexto das cidades capitais europeias, sendo um deles verdadeiramente de excepção: a permanência de população de matriz popu-

---

<sup>1</sup> Retirado de um artigo da autoria de Fernanda Ribeiro, do jornal *Público* (Mil Folhas pag.14) de 12 de Março de 2005 intitulado “Michel Chandeigne: O livreiro que levou um pedaço de um passeio lisboeta para Paris”. Michel Chandeigne é um editor e livreiro francês fundador da Librairie Portugaise em Paris.

lar (com tudo o que esta classificação socio-antropológica possa significar) no centro da cidade e mais propriamente nos bairros residenciais também eles referenciados vulgarmente como bairros populares.

No centro/coração da cidade de Lisboa vive essencialmente gente do povo, gente com baixa escolaridade, gente com profissões humildes, gente muito velha. Isto é verdadeiramente único comparativamente com as restantes capitais europeias. Nestas últimas prevalecem genericamente bairros residenciais da classe média e média alta ou mesmo muito alta: burguesia urbana estabelecida na cidade há várias gerações.

A especificidade populacional do centro da cidade de Lisboa é explicada por Michel Chandeigne da seguinte forma: *“As classes mais ricas preferiam sempre viver fora de Lisboa. Logo a seguir ao terramoto de 1755, o rei deixou o Paço e foi para a Ajuda e a nobreza foi para os arrabaldes. Talvez isso tenha desde logo favorecido a permanência do povo no centro da cidade. Já no século XX, durante a ditadura de Salazar, Lisboa era uma cidade congelada, fixa, que não foi submetida à especulação imobiliária, tal como aconteceu noutras cidades europeias. Esse imobilismo também terá favorecido a permanência do povo. Os bairros puderam estruturar-se de forma particular, correspondendo a certas geografias: a estrutura das aldeias foi transportada para os bairros de Lisboa. Mas a cidade permaneceu assim também porque houve esforços (da autarquia) para manter a população no coração da cidade”*.

Lisboa, à medida que foi crescendo foi *deixando para trás* muitos dos seus habitantes menos afortunados. *Deixar para trás* significou conservar a habitação de características mais populares no centro da cidade. Isso foi acontecendo sucessivamente à medida que a cidade se expandiu a partir de meados do século XIX, primeiro ao longo do vale da Avenida da Liberdade, seguindo-se a grande expansão para os planaltos a que correspondem genericamente as Avenidas Novas e mais tarde os bairros de Alvalade e Areeiro.

Os que não puderam acompanhar a expansão da cidade e a correspondente melhoria de oferta de habitação, foram ficando nas áreas mais próximas do centro, que se terciarizou na sua quase totalidade. Mas essa terciarização do centro da cidade pouco afectou os seus bairros residenciais tipo populares, colaterais a esse mesmo centro. A Baixa e o eixo central terciário da cidade (Av. da Liberdade, Saldanha, Av. da República) possuem uma concepção urbanística e arquitectónica de cariz erudito, enquanto que os ditos bairros populares têm uma matriz/substrato marcadamente não erudito, onde prevalece uma arquitectura chã, vernácula, e uma vivência social com marcas de alguma ruralidade ou se quisermos “pouco urbanizada”. Como um dia escreveu o poeta “...eles saíram da aldeia, mas a aldeia não saiu deles...”. O centro da cidade foi para muitas gerações de recém chegados, o primeiro lugar e por vezes o último, de residência na cidade.

É ainda possível encontrar no centro desta capital europeia, bairros residenciais pouco urbanizados. Para utilizar com propriedade esta última designação - *população pouco urbanizada* - teremos que adoptar o critério proposto por Rémy e Voyé<sup>2</sup> que partindo de uma posição crítica face à clássica oposição rural/urbano, distingue dois tipos de modelação espacial face à presença ou ausência de “urbanização”, dependendo a “urbanização” da “mobilidade”, sendo esta estruturante do espaço e da sociedade. *Assim, podem existir cidades urbanizadas e cidades não urbanizadas, tal como aldeias urbanizadas (ou pelos menos em via de urbanização) e aldeias não urbanizadas ou, dentro de uma cidade, bairros mais ou menos urbanizados. As situações não urbanizadas correspondem ao espaço território, que se caracteriza pela existência de uma vida social que se organiza com muito pouca mobilidade espacial. A habitação, o lugar de trabalho e o lugar de lazer concentram-se num espaço restrito de interconhecimento.*<sup>3</sup>

*Nas cidades urbanizadas que conhecemos é relativamente frequente encontrarmos ainda hoje alguns bairros antigos que embora oferecendo às vezes um cruzamento de população de meios espaciais diferentes são, geralmente, bairros com predominância de cultura popular, isto é, de uma cultura que, de algum modo, é um vestígio de um modo de vida anterior, não marcado pelos efeitos da urbanização e pouco sensível a ela. (...) Por outro lado, nesses bairros, a solidariedade de vizinhança funciona ainda frequentemente, e as portas para a rua, muitas vezes entreabertas, testemunham essa confiança recíproca (...) A população desses bairros pode assim viver a poucos passos dos lugares mais animados da cidade e dos equipamentos mais desenvolvidos da urbanização dessa mesma cidade sem, contudo, os utilizar para além do estritamente necessário e sobretudo sem ser atraída por eles (Rémy e Voyé, p100).*

Esta singularidade que a capital conseguiu preservar ao longo do tempo, tenderá provavelmente a desaparecer a médio prazo. Por um lado, porque os antigos contratos de arrendamento tendem a caducar por morte dos antigos inquilinos; por outro lado, porque os mais novos ou os que conseguiram melhorar o seu nível de vida, partirão para novas áreas residenciais com outras condições. A este movimento selectivo do centro para a periferia, associa-se a valorização de alguns espaços residenciais que pela sua dimensão ou singularidade patrimonial passam a ser disputados por novos residentes, provenientes de outros lugares da cidade ou mesmo da periferia, e que motivam uma dinâmica imobiliária de pendor essencialmente especulativo. Apesar do meritório esforço que as entidades autárquicas têm desenvolvido, tendo por objectivo a conservação da população mais

<sup>2</sup> Rémy, Jean; Voyé, Liliane (1992), *La ville: vers une nouvelle définition?*, L'Harmattan, Paris (trad. 1994, *A cidade: Rumo a Uma Nova Definição?*, Edições Afrontamento, Porto).

<sup>3</sup> Silvano, Filomena (2001, 2ª edição), *Antropologia do Espaço. Uma introdução*, Celta, Oeiras.

desfavorecida nestes bairros, será previsível que este quadro singular, que ainda se observa nesta cidade capital, venha a esbater-se e mesmo a desaparecer.

A segunda e terceira singularidades de Lisboa referem-se à sua luminosidade e à sua calçada “... um luxo que nenhuma outra cidade tem...”. Em relação à luminosidade, direi muito pouco e aparentemente pouco científico. Como lisboeta, sempre ouvi dizer que a luz desta cidade era inigualável, mas só o percebi realmente quando comecei a viajar e a conhecer outras luminosidades. Lisboa também neste aspecto é singular. Quem aprecia e conhece fotografia consegue muitas vezes perceber se uma imagem foi captada ou não em Lisboa, não propriamente pelo tema retratado, mas antes pelo tipo de luz. Como referia o fotógrafo Luís Pavão há algum tempo, num colóquio dedicado à luz de Lisboa, “...*as sombras de Lisboa têm luz*” .

Sobre a calçada dita portuguesa, haverá que continuar a aprofundar a discussão, porque a cidade terá que tomar uma decisão clara sobre este tema que apaixonou no passado tantas polémicas e está hoje aparentemente adormecido.

A calçada portuguesa é visual e plasticamente interessantíssima. Vejamos, a título de exemplo, a sua belíssima utilização em muitos dos pavimentos dos espaços públicos da Expo 98, em cuja definição e modelação participa activamente. Mas a par desta valência estética, de inigualável importância, temos todas as questões relacionadas com o conforto e com o seu custo. Em relação ao conforto, julgo estar certo ao afirmar que o sofrimento que esta calçada provoca aos seus utilizadores, está muito acima do prazer que a sua visão proporciona. O desconforto surge pouco tempo depois do início da caminhada. É certo que a actual calçada à portuguesa está substancialmente adulterada no seu processo construtivo: os fragmentos de pedra que a compõem têm vindo a aumentar em tamanho e rugosidade e simultaneamente, o seu encaixe é também mais imperfeito. Acresce a deficiente conservação e o natural envelhecimento das suas frágeis fundações. Mesmo o argumento ambiental de que a calçada portuguesa seria porosa e promoveria a infiltração das águas pluviais num contexto urbano de grande impermeabilidade, está infelizmente posto de parte. Havendo ainda dúvidas a este respeito, basta observar em plena época de chuvas a remoção destes pavimentos para, *in loco*, verificar o seu grau de impermeabilidade. É infelizmente ínfima a quantidade de água que consegue infiltrar-se através das juntas das suas pedras, que tendencialmente têm vindo a ser preenchidas por cimento.

Mas não está em questão apenas o desconforto que este tipo de pavimento provoca diariamente, trata-se também do sofrimento que ele impõe a todos os que têm a pouca sorte de cair num passeio de calçada devido às irregularidades, concavidades, saliências, imperfeições ou excessivo polimento. Muitos de nós já sofremos ou presenciámos acidentes deste tipo. Além disso, as dificuldades avolumam-se dramaticamente para todos os deficientes motores, bem como para

a população envelhecida. Mas, todos os utilizadores da cidade em algum momento da sua vida terão a sua mobilidade física/motora reduzida, e nessa altura sentem que esta cidade é, quanto a este tema, profundamente agressiva.

A calçada portuguesa é um luxo. É muito cara na sua construção e manutenção, é desconfortável, chegando em muitas situações a ser perigosa. Poderá ser mantida e bem conservada nas áreas mais antigas, mas é pouco viável, económica e socialmente, insistir na sua implementação e conservação nas restantes áreas da cidade.

A calçada portuguesa faz parte do património nacional disperso por várias latitudes; faz parte do nosso património partilhado com outros povos. Todavia no futuro só fará sentido a sua utilização em espaços de excepção.

Como alternativa ao luxo que envolve um dos mais belos, caros e sofisticados pavimentos urbanos, devemos saber criar um outro tipo de pavimento igualmente nobre, mas mais barato e ajustado à locomoção de peões. Não poderemos continuar a encontrar na cidade de Lisboa, passeios de calçada que são mais desconfortáveis do que o alcatrão que suporta a circulação dos nossos automóveis. Afigura-se por vezes mais confortável para o peão circular pela faixa de rodagem do que por um passeio de calçada.

Abordar uma cidade pela óptica das suas singularidades é geralmente um exercício elementar e simplista, pois é sabido que todas as cidades têm características peculiares, sendo que a essência e a especificidade urbanas não advêm do conjunto das suas singularidades. O que existe em comum entre todas as cidades é muito mais importante e é esse facto que permite a construção de um saber racional e universal. Todavia, existem factos e práticas, localismos e singularidades que sempre conseguem fugir a classificações e grelhas de análise. A cidade, à semelhança do seu criador, vive com os seus cinco sentidos. É necessário não o esquecer quando a “olhamos”, sob pena de nem ela nos entender, nem nós a percebermos.